



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

1.1 Descrição do objeto

Este Termo de Referência tem como objetivo o Registro de Preços para a contratação de serviços de Terapia Intensiva, prestados por empresa privada especializada no atendimento Adulto, Pediátrico e Neonatal, a fim de suprir as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Claro e do Hospital Municipal Nossa Senhora da Piedade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O objeto da contratação deverá estar dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes no quadro de cotação em anexo.

1.3 Especificação do produto/quantitativos

Item	Quant	Descrição
01	500	Diárias para internação em leito de Terapia adulto
02	50	Diárias para internação em leito de Terapia Neonatal
03	100	Diárias para internação em leito de Terapia Pediátrico

4.1. De acordo com a Resolução Anvisa Nº 7, de 24 de fevereiro de 2010, a Unidade de Terapia Intensiva deve estar localizada em um hospital regularizado junto ao órgão de vigilância sanitária municipal ou estadual, mantendo atualizadas as informações de cadastro e localização no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

4.2. A CREDENCIADA deverá disponibilizar 10% dos leitos credenciados de UTI Adulto, para internação com isolamento.





4.3. O objeto do contrato a ser celebrado inclui a obrigação do hospital, em que a UTI esteja inserida, de garantir: a) o provimento de recursos humanos e materiais específicos e tecnologias necessários para o funcionamento da unidade de acordo com a normatização vigente; b) a segurança dos pacientes, dos profissionais e visitantes; c) o registro das normas institucionais e das rotinas de procedimentos assistenciais e administrativos realizados na unidade; d) o registro das normas institucionais e das rotinas relacionadas à biossegurança.

4.4. O serviço oferecido pela CREDENCIADA deverá estar de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria de consolidação Nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, bem como na RDC 07/2010 e RDC 26/2012.

4.5. Deverá ser garantida equipe básica por leito, com observância dos parâmetros normativos mínimos de UTI-A, com a apresentação dos certificados (de nível médio/técnico), registros profissionais e títulos (de especialização, se for o caso) e demonstração dos cadastros dos profissionais no CNES, com a seguinte composição mínima:

I - 01 (um) médico responsável técnico com jornada mínima de 4 horas diárias, podendo acumular o papel de médico rotineiro, com habilitação em Terapia Intensiva comprovada por título e declaração indicando ser o responsável técnico, admitida a acumulação de responsabilidade técnica ou coordenação em no máximo, duas UTIs, podendo acumular a função de médico rotineiro;

II - 01 (um) médico rotineiro, com jornada de 04 (quatro) horas diárias, para a unidade, com certificado de habilitação em Terapia Intensiva comprovada por título;

III - 01 (um) médico plantonista, para cada 10 (dez) leitos ou fração, em cada turno;

IV - 01 Enfermeiro Coordenador, com jornada mínima de 4 horas diárias, com habilitação em Terapia Intensiva comprovada por título, podendo acumular responsabilidade técnica ou coordenação em no máximo, duas UTI, e podendo acumular a função de enfermeiro rotineiro;

V - 01 (um) enfermeiro rotineiro, com jornada de 04 (quatro) horas diárias, para a unidade, com habilitação em Terapia Intensiva comprovada por título;



VI - 01 (um) enfermeiro plantonista, para cada 8 (oito) leitos ou fração, em cada turno; VII - 01 (um) fisioterapeuta responsável técnico, com jornada diária mínima de 06 horas, com no mínimo 02 anos de experiência profissional comprovada em Unidade de Terapia Intensiva;

VIII - 01 (um) fisioterapeuta plantonista, para cada 10 (dez) leitos ou fração, em cada turno, sendo exclusivo em pelo menos quatro turnos, perfazendo um total de 24 horas diárias;

IX - 01 (um) fonoaudiólogo disponível para a unidade;

X - 01 (um) psicólogo disponível para a unidade;

XI - 01 Técnico de enfermagem para cada 02 leitos ou fração, por turno de trabalho;

XII - Auxiliares administrativos, sendo no mínimo 01 (um) com exclusividade para a unidade.

4.6. A CREDENCIADA deverá disponibilizar, nos relatórios mensais, a CREDENCIANTE a relação nominal dos profissionais envolvidos na prestação dos serviços contratados, com os respectivos horários de trabalho (escalas), comunicando obrigatoriamente as alterações em seus quadros funcionais.

4.7. Deverão ser garantidos recursos assistenciais, com os seguintes serviços mínimos à beira do leito:

4.7.1. Assistência nutricional;

4.7.2. Terapia nutricional (enteral e parenteral);

4.7.3. Assistência farmacêutica;

4.7.4. Assistência clínica vascular;

4.7.5. Assistência clínica cardiovascular;

4.7.6. Assistência clínica neurológica;

4.7.7. Assistência clínica ortopédica;

4.7.8. Assistência clínica urológica;

4.7.9. Assistência clínica gastroenterológica;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Nº do processo: 475125
Folha nº: 020
Assinatura: _____

- 4.7.10. Assistência clínica nefrológica, incluindo hemodiálise;
- 4.7.11. Assistência clínica hematológica;
- 4.7.12. Assistência clínica hemoterápica;
- 4.7.13. Assistência clínica oftalmológica;
- 4.7.14. Assistência clínica otorrinolaringológica;
- 4.7.15. Assistência clínica de infectologia;
- 4.7.16. Assistência clínica cirúrgica geral;
- 4.7.17. Assistência clínica ginecológica;
- 4.7.18. Assistência odontológica;
- 4.7.19. Assistência de terapia ocupacional;
- 4.7.20. Assistência social;
- 4.7.21. Assistência endocrinológica;
- 4.7.22. Serviço de radiografia móvel;
- 4.7.23. Serviço de endoscopia digestiva alta e baixa;
- 4.7.24. Serviço de fibrobroncoscopia;
- 4.7.25. Serviço de eletroencefalografia;
- 4.7.26. Capacidade de comprovação de morte encefálica;
- 4.7.27. Suporte Avançado de vida em cardiologia;
- 4.7.28. Fundamentos em medicina intensiva;
- 4.7.29. Via aérea difícil;
- 4.7.30. Ventilação Mecânica.

4.8. Deverão estar disponíveis na estrutura da CREDENCIADA, durante toda a vigência do contrato e sob sua responsabilidade, os seguintes recursos assistenciais para manutenção adequada dos serviços:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Nº do processo: 435125


Folha nº: 021

Assinatura: _____

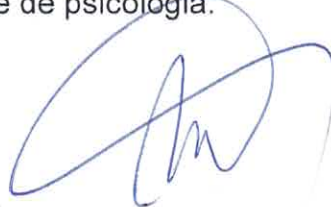
- 4.8.1. Laboratório de análises clínicas e citopatológico;
- 4.8.2. Ecodoppler cardiografia à beira do leito;
- 4.8.3. Radiologia básico e intervencionista;
- 4.8.4. Exames comprobatório de fluxo sanguíneo encefálico;
- 4.8.5. Tomografia Computadorizada;
- 4.8.6. Ressonância Magnética;
- 4.8.7. Laringoscopia;
- 4.8.8. Ultrassonografia à beira leito;
- 4.8.9. Monitorização hemodinâmica invasiva;
- 4.8.10. Angiografia seletiva;
- 4.8.11. Estudo hemodinâmico;
- 4.8.12. Diálise Peritoneal e Hemodiálise;
- 4.8.13. Serviço de endoscopia digestiva alta e baixa;
- 4.8.14. Serviço de fibro broncoscopia;
- 4.8.15. Serviço de diagnóstico clínico e notificação compulsória de morte encefálica;
- 4.8.16. Serviço de fisioterapia
- 4.8.17. Serviço de eletroencefalografia;
- 4.8.18. Fundoscopia;
- 4.8.19. Marcapasso provisório;
- 4.8.20. Serviço de Cirurgia Cardiovascular;
- 4.8.21. Serviço de Cardiologia Intervencionista;
- 4.8.22. Serviço de Cirurgia Vascular;
- 4.8.23. Serviço de Cirurgia ortopédica;
- 4.8.24. Serviço de Cirurgia urológica;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Nº do processo: 475125
Folha nº: 022
Assinatura: 

- 4.8.25. Serviço de Cirurgia neurológica;
- 4.8.26. Serviço de Cirurgia bucomaxilio facial;
- 4.8.27. Serviços de Cirurgia torácica;
- 4.8.28. Oximetria de pulso;
- 4.8.29. Bomba infusora;
- 4.8.30. Monitor cardíaco;
- 4.8.31. Ventilador mecânico (1 por leito);
- 4.8.32. Carro de reanimação (desfibrilador, material de intubação, máscara e cânula de guedel).
- 4.8.33. Acesso a uma unidade transfusional 24h por dia;
- 4.8.34. Transporte intra-hospitalar adequado as necessidades e com acompanhamento médico.
- 4.9. A CREDENCIADA deve atender as Orientações da Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde – PNH/MS, centrando as diretrizes assistenciais na qualidade do atendimento prestado ao usuário, voltada para a atenção acolhedora, resolutiva e humana, com a garantia mínima de:
 - 4.9.1. Climatização;
 - 4.9.2. Iluminação natural;
 - 4.9.3. Divisórias entre os leitos;
 - 4.9.4. Relógios visíveis para todos os leitos;
 - 4.9.5. Garantia de visitas diárias dos familiares, à beira do leito
 - 4.9.6. Garantia de informações da evolução diária dos pacientes aos familiares por meio de boletins.
 - 4.9.7. Controle de ruídos;
 - 4.9.8. Acompanhamento sistemático da equipe de psicologia.





2. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE (art.6, XXIII, a da Lei 14.133/2021)

2.1 O prazo desse Termo de Referência será de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período.

3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Interesse Público

Considerando a imperiosa necessidade do Município de Rio Claro em dispor de assistência mais ampla, para atendimento aos usuários do SUS referenciados para atendimento em Unidade de Terapia Intensiva Adulto, Pediátrica e Neonatal para atendimento dos pacientes graves;

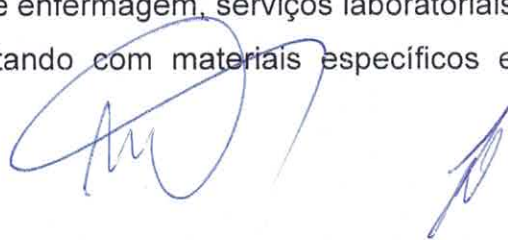
Considerando as necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde para complementação da oferta de serviços de Unidade de Terapia Intensiva-Adulto Pediátrica e Neonatal, visando atender a demanda;

Considerando o disposto na Portaria de consolidação Nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, bem como na RDC 07/2010 e RDC 26/2012, assim como o disposto no presente Termo;

Considerando a necessidade de selecionar prestador de serviços para contratação de serviço de Unidade de Terapia Intensiva-Adulto, Pediátrica e Neonatal em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde, com base em parâmetros de qualidade e critérios técnicos indispensáveis à boa prestação do serviço e de assistência à população;

Apresenta as especificações técnicas para seleção de entidade(s) dotada(s) de personalidade jurídica de direito privado, para prestação de serviços de Unidade de Terapia Intensiva-Adulto, Pediátrica e Neonatal bem como o respectivo apoio diagnóstico e terapêutico aos usuários do SUS, residentes no Município de Rio Claro, conforme condições descritas a seguir.

Unidade de Terapia Intensiva (UTI) é uma área crítica destinada à internação de pacientes graves, que requerem assistência médica, de enfermagem, serviços laboratoriais e de radiologia de forma contínua (24 horas), contando com materiais específicos e





tecnologias necessárias ao diagnóstico, monitorização e terapia. Além de serviços de suporte intermitente de odontologia, fisioterapia e fonoaudiologia. A Unidade de Terapia Intensiva - Adulto (UTI-A) é a UTI destinada à assistência de pacientes com idade igual ou superior a 18 anos, podendo admitir pacientes de 15 a 17 anos, se definido nas normas da instituição.

A Constituição Federal de 1988 dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado (Art. 196), competindo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, por pessoa física ou jurídica de direito privado. No art. 197, a CRFB admite que o administrador público faça captação de serviços de terceiros para atender as necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo em vista a relevância pública e a natureza emergencial que caracterizam as ações de saúde. Assim, a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE apresenta o presente Termo de Referência.

3.2 Metodologia do Quantitativo

A Estimativa do quantitativo de diárias de leito de terapia intensiva necessária atender à demanda assistencial da Secretaria de Saúde de Rio Claro, a fim de subsidiar processos de contratação de serviços.

3.3 Justificativa do Quantitativo Solicitado

A secretária de saúde de Rio Claro, com base em dados epidemiológicos e na produção assistencial histórica, estimou a necessidade de leitos de UTI.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1 A presente contratação está amparada pela lei nº 14.133/2021, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, interesse público e planejamento.

4.2 Em situações em que há insuficiência de rede própria, a Constituição Federal (art. 196) e a Lei Orgânica da saúde (lei nº 8080/1990) preveem a possibilidade de complementação da rede pública por meio de contratação de serviços privados, com vistas a garantir a integridade e continuidade da assistência a saúde.

4.3 Qualificação Técnica



Nos termos do art. 67 e do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, bem como com base nas normas da RDC ANVISA nº 7/20210 e diretrizes do Ministério da saúde, será exigida da licitante, como condição de habilitação, a seguinte qualificação da aptidão para a prestação dos serviços especializados de terapia intensiva:

4.3.1 Comprovante de capacidade Técnico- Operacional

A empresa deverá comprovar que possui experiência anterior na execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem:

4.3.1.1 A prestação de serviços hospitalares com disponibilização de leitos de UTI adulto, pediátrico e Neonatal, conforme a modalidade contratada;

4.3.1.2 Que os serviços prestados atenderam às exigências das normas sanitárias vigentes;

4.3.1.3 A exigência de equipe multiprofissional atuante nas UTIs, conforme determinado pela RDC ANVISA nº 7/20210;

4.3.1.4 Que houve atendimento contínuo com funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana.

4.3.2 Comprovação de Capacidade Técnico-Profissional

4.3.2.1 Será exigida a apresentação de:

4.3.2.2 registro de CNES (**Cadastro Nacional de Estabelecimentos de saúde**), da unidade hospitalar onde serão disponibilizados os leitos;

4.3.2.3 **Registro do Responsável Técnico Médico**, junto ao Conselho Regional de Medicina (CRM), com especialização ou experiência em medicina intensiva;

4.3.2.4 Requisitos Estruturais e Sanitários

4.3.2.4.1 A empresa deverá comprovar:

4.3.2.4.2 Que os leitos ofertados encontram-se em hospital devidamente licenciado pela vigilância sanitária estadual e municipal;

4.3.2.4.3 A existência de Alvará de funcionamento da UTI, válido e compatível coma modalidade (adulto, pediátrico e neonatal);

4.3.2.4.4 Que ao estabelecimento atende às exigências da RDC ANVISA nº 50/2002 (infraestrutura física hospitalar) e RDC nº 7/2010 (organização e funcionamento da UTI).

4.3.2 O MEI está dispensado de apresentar o balanço patrimonial;





4.3.3 A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário;

4.3.4 Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham os seguintes documentos:

4.3.5 Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado de sua sede e jornais de grande circulação;

4.3.6 Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário que deverá ser devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

4.3.7 Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, esta deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

4.3.8 Comprovação de boa situação financeira da empresa será feita por meio do calculo dos índices contábeis referentes a liquidez geral (LG) liquidez corrente (LC) e solvência geral (SG) os quais deverão ser igual ou superiores a 1,0 (um), a saber:

LG = Ativo Circulante + Ativo não Circulante

Ativo Circulante + Ativo não Circulante

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

SG = Ativo Total



Passivo Circulante + Passivo não circulante

4.3.9 A licitante que evidenciar índices contábeis inferiores a 1 (um), poderá alternativamente comprovar a capacidade econômico – financeira possuindo patrimônio líquido igual ou superior a 10 % (dez por cento) do valor estimado para contratação;

4.3.10 Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não antecedente a 90 (noventa) dias;

4.3.11 As empresas que estiverem em recuperação judicial ou extrajudicial deverão apresentar no momento da habilitação o plano de recuperação homologado pelo juízo competente, na forma dos arts. 58 e 165 da Lei 11.101/2005;

4.3.12 Ficam dispensadas da apresentação da certidão do item 3.7, as empresas sediadas nos Estados onde a certidão de falência é emitida pelo Tribunal de Justiça e engloba a distribuição em todas as comarcas do Estado.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e da Lei 14.133/2021)

5.1 O prazo de entrega do será imediatamente, após assinatura do contrato em conformidade com o este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA emitida pela Secretaria Municipal de Saúde.

6. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1 Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, fica designado o Servidor Humberto de Oliveira Portugal/ MAT.; 21145, para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução.

6.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente a Administração ou terceiros em razão da execução do serviço, de conformidade com o art. 120 da Lei 14.133/2021.





7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021)

7.2. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato;

7.3. O pagamento será realizado mediante apresentação da Nota Fiscal no Setor de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde, acompanhada das certidões da Receita Federal, FGTS e Trabalhista.

7.3.1. Deverá ser entregue relatório comprobatório da internação do paciente, junto do fechamento da fatura mensal.

7.4. A Credenciante reserva-se o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros.

7.5. Para receber seus créditos a Credenciada deverá comprovar as regularidades fiscal e trabalhista que lhe foram exigidas quando da habilitação.

7.6. O prazo de pagamento da Nota Fiscal será de até 30 (trinta) dias a partir da data final do período de adimplemento e mediante sua apresentação juntamente com os demais documentos mencionados no Subitem 9.3, ao Setor de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde;

7.7. Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo de pagamento passará a fluir após a sua reapresentação. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria credenciada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como, da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ;

7.8. No caso de a CREDENCIADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira credenciada pelo Município ou caso verificada pela CREDENCIANTE a impossibilidade de a CREDENCIADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira credenciada pelo Município, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CREDENCIADA.





9.9. A nota fiscal isenta de erros, deverá ser previamente atestada pelo Fiscal do Contrato e servidor designado pelo ordenador de despesas.

9.10. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do credenciado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

9.11. Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelos agentes competentes.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR DA AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

9.1 A contratação fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, com base no valor, o qual está sendo utilizado como base para elaboração deste termo de referência, uma vez que ele dispõe do mesmo objeto a ser contratado.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

10.1 Conforme Orçamento, sendo a vencedora a que apresentar proposta com valor menor (em anexo).

11. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

A empresa contratada para a disponibilização de leitos de Unidade de terapia Intensiva (UTI) adulto, pediátrico e neonatal deverá cumprir rigorosamente as seguintes obrigações e responsabilidades:

- 1- Disponibilização dos leitos, garantindo a oferta dos leitos UTI contratados, conforme quantitativo, tipo e período estabelecidos no contrato, Mantendo os leitos em condições adequadas de funcionamento, conforme exigências técnicas da ANVISA e do Ministério da Saúde.
- 2- Assegurar que as instalações físicas estejam de acordo com as normas da RDC nº50/2002 e demais legislações sanitárias vigentes.
- 3- Disponibilizar equipamentos e insumos necessários ao suporte intensivo, devidamente calibrados e em funcionamento contínuo.



- 4- Manter equipe multiprofissional qualificada e em número suficiente para atendimento 24 horas, conforme as exigências da RDC nº 01/2010.
- 5- Garantir presença de médicos intensivista, enfermeiro intensivista, técnicos de enfermagem e demais profissionais exigidos por lei.
- 6- Assegurar a prestação de assistência integral, contínua e humanizada aos pacientes, respeitando os princípios éticos e os direitos do paciente.
- 7- Garantir a realização de exames e procedimentos necessários ao cuidado intensivo dentro da própria unidades, ou mediante articulação com outros serviços.
- 8- Atender prontamente às solicitações de leito feitas pela Central de Regulação do SUS, obedecendo aos fluxos e protocolos definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 9- Informar à contratante, em tempo real, a ocupação e disponibilidade dos leitos contratados.
- 10- Monitorar e informar periodicamente os indicadores de desempenho, como taxa de ocupação, taxa de mortalidade, tempo médio de permanência e taxa de infecção hospitalar.
- 11- Implementar ações de controle de infecção hospitalar e segurança do paciente, conforme programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP).
- 12- Emitir relatórios mensais detalhados com os atendimentos realizados, diagnósticos, tempo de permanência e evolução clínica dos pacientes.
- 13- Manter prontuários completos, atualizados e acessíveis para auditoria da contratante e órgão de controle.
- 14- Responder civil e criminalmente por qualquer omissão, negligência ou erro na prestação dos serviços.
- 15- Cumprir integralmente as leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais relativas à contratação de pessoal e funcionamento da unidade.
- 16- Permitir, sempre que solicitado, o acesso da contratante, da auditoria e dos órgãos de controle aos leitos, prontuários, instalações e documentos relacionados à execução do contrato.





11.1 DA CONTRATANTE

A contratante, representada pela Secretaria Municipal de saúde, terá as seguintes obrigações quanto à contratação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) adulto, pediátrico e neonatal:

- 1- Efetuar o pagamento pelos serviços prestados dentro dos prazos estabelecidos no contrato, desde que cumpridas todas as exigências contratuais e mediante apresentação da documentação fiscal e técnica exigida.
- 2- Proceder à conferência e avaliação das faturas com base nos relatórios mensais de produção apresentados pela contratada.
- 3- Realizar a regulação dos pacientes através do NIR, conforme protocolos clínicos e critérios previamente definidos.
- 4- Encaminhar os pacientes autorizados à unidade contratada, garantindo os documentos e informações clínicas necessários para o início da assistência.
- 5- Designar equipe técnica para o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do contrato, com a prerrogativa de solicitar esclarecimentos, documentos e acesso às instalações da contratada.
- 6- Promover auditorias periódicas nos leitos contratados, bem como nas informações prestadas, nos prontuários e nas condições de funcionamento da unidade.
- 7- Disponibilizar à contratada os fluxos, protocolos clínicos, normas técnicas e administrativas aplicáveis à execução do serviço, bem como quaisquer atualizações pertinentes.
- 8- Orientar e padronizar os procedimentos necessários à articulação entre a contratada e os serviços da rede de saúde.
- 9- Atuar, quando necessário, na articulação da contratada com os demais pontos de atenção da rede pública de saúde, para garantir a continuidade do cuidado, ao paciente, especialmente nos processos de alta e transferência.
- 10- Cumprir as cláusulas do contrato firmado, zelando pela boa-fé contratual, transparência e cumprimento das obrigações legais e administrativas,



11- Manter canal de comunicação acessível à contratada para esclarecimentos e resolução de pendências durante a vigência do contrato.

12. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art.6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)

13.1 Dotação em anexo.

13. DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

13.1 Para efetiva participação da CONTRATADA no certame, na dispensa ou na inexigibilidade, o MUNICÍPIO DE RIO CLARO-RJ, fará o tratamento dos dados pessoais dos representantes legais e outros, de acordo com o definido nas legislações vigentes, e zelar e responsabilizar-se-á pela proteção dos dados e privacidade;


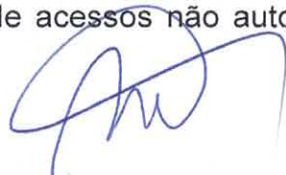
13.2 A CONTRATADA obriga-se, durante a participação em todas as fases do procedimento, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e dados pessoais sensíveis, especialmente a regulamentação municipal e a Lei nº 14.709/2018, empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário.

13.3 O MUNICÍPIO DE RIO CLARO E A CONTRATADA, ao realizar o tratamento de dados pessoais, o farão de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

13.4 A CONTRATADA declara ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, zelando e responsabilizando-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar.

13.5 É vedada à CONTRATADA a utilização de qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, no processo de dispensa e inexigibilidade de licitação para finalidade distinta da participação deste. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhe forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

13.6 A CONTRATADA fica obrigada a notificar o MUNICÍPIO DE RIO CLARO, em até 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos





dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

13.7 As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais.

13.8 A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao MUNICÍPIO DE RIO CLARO e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste instrumento quanto a proteção e uso de dados pessoais.

13.9 As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor, e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.


13.10 As disposições no tocante proteção de dados permanecem durante toda execução do objeto a ser contratado, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste procedimento, na medida de abrangência dentro de seu escopo. Mesmo que encerrada a vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

13.11 Por ocasião da assinatura do futuro contrato, a(s) empresa(s) sagrada(s) vencedora(s), deverão seguir um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, a fim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais em sua estrutura organizacional.

13.12 Por ocasião da assinatura do contrato, o MUNICÍPIO DE RIO CLARO-RJ poderá solicitar à(s) EMPRESA(s) vencedora(s) do certame dados de contato do seu respectivo encarregado de dados, conforme exigidos nos documentos de habilitação jurídica.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Nº do processo: 475/25
Folha nº: 034
Assinatura: 

13.13 A LICITANTE, para ter conhecimento da política de privacidade do MUNICÍPIO DE RIO CLARO-RJ deverá acessar o link www.rioclaro.rj.gov.br e, para mais informações, poderá entrar em contato com o Encarregado de Dados por meio do endereço eletrônico de email lgpd@rioclaro.rj.gov.br.

15. GERAIS

Não há disposições gerais.

16. ANEXO(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA

16.1 Compõem como anexo a este TR o seguinte documento:

ANEXO I – Cotação enviada pelas empresas

Rio Claro-RJ, 17 de Junho 2025.

Humberto O. Portugal
Subsecretário Municipal
de Gestão Hospitalar
Mat. 21145

Humberto de Oliveira Portugal
Subsecretário Municipal de Gestão Hospitalar
Mat.: 21145


Maria Augusta M. Ferreira
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 33/722

Maria Augusta Monteiro Ferreira
Secretária Municipal de Saúde
Mat.: 33/722